



Os interesses comerciais podem ser o principal condicionante dos componentes do leite para lactentes

António Guerra

Departamento de Pediatria, Hospital de São João. Faculdade de Medicina da Universidade do Porto

Na edição de 18 de Março de 2006, o prestigiado British Medical Journal publica um artigo de opinião intitulado "Standards for infant formula milk. Commercial interests may be the strongest driver of what goes into formula milk",¹ da responsabilidade de dois eminentes pediatras e investigadores na área da nutrição infantil e, há largos anos, membros do Comité de Nutrição da European Society for Paediatric Gastroenterology, Hepatology and Nutrition (ESPGHAN).

Nele é abordado um tema da maior relevância e sensibilidade, respeitante a recomendações relativas à composição nutricional das fórmulas lácteas para lactentes, alertando-se para a possibilidade de interesses comerciais poderem contaminar as decisões de organismos internacionais responsáveis pelas linhas de orientação que regem a composição de alimentos em geral e neste caso em concreto, das fórmulas lácteas para lactentes.

Começando por lembrar que o aleitamento materno é o alimento ideal para a saúde do lactente e que todos os esforços deverão ser centrados numa activa e permanente promoção do aleitamento materno, aqueles investigadores lembram que sempre que tal não é possível e tendo em conta que a fórmula para lactentes é a fonte exclusiva de nutrientes numa fase crítica do crescimento e desenvolvimento, só são aceitáveis fórmulas lácteas com elevados padrões de qualidade.

Refira-se que, conforme sublinha o Comité de Nutrição da ESPGHAN, a introdução de qualquer modificação à composição das fórmulas deve ser baseada na revisão sistemática da informação relevante existente. Esta revisão deve permitir o desenvolvimento de uma hipótese clara de benefícios funcionais e clínicos dependentes das modificações propostas e testadas em estudos metodologicamente correctos².

Em 2004, o Scientific Committee on Food (SCF) da Comissão Europeia, seguindo uma extensa revisão relativa quer às necessidades proteicas dos lactentes quer ao factor de conversão para o cálculo do conteúdo proteico e ainda ao perfil de amino-ácidos do leite humano, propôs várias alterações à composição das fórmulas para lactentes e de transição relativamente ao conteúdo proteico³. Sublinhe-se que a composição proteica das fórmulas deverá ter como padrão de referência o perfil em amino-ácidos do leite materno, num processo

baseado sempre nos dados mais recentes relativos à composição do leite materno.

O SCF propôs que o conteúdo proteico total de todas as fórmulas lácteas fosse calculado com base na multiplicação do conteúdo em nitrogénio (N) pelo factor de conversão de 6,25. Propôs ainda que o teor de N não proteico não ultrapassasse 15% do total de N. O SCF considera ainda não haver necessidade de que as fórmulas de transição tenham um teor de proteínas superior ao recomendado para as fórmulas para lactentes.

A comissão do *Codex Alimentarius* (comissão da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação -FAO- e da Organização Mundial da Saúde -OMS) desenvolveu referências e linhas de orientação com o objectivo último de proteger a saúde dos consumidores e de assegurar práticas comerciais justas (http://www.codexalimentarius.net/web/index_es.jsp).

As recomendações do *Codex* relativas às fórmulas para lactentes têm vindo a ser correntemente revistas desde o início da década de 80, tendo em conta o conhecimento científico acumulado. Na sequência deste processo, o *Codex Committee on Nutrition and Foods for Special Dietary Uses* solicitou à *ESPGHAN* que consultasse a comunidade científica internacional com vista à proposta de recomendações relativas ao teor de nutrientes nas fórmulas para lactentes, tendo por base naturalmente a evidência científica acumulada⁴.

Em Novembro de 2005, reuniu em Bona o referido *Codex Committee on Nutrition and Foods for Special Dietary Uses* com a participação de delegações governamentais de 71 estados membros do comité, 32 organizações não governamentais ligadas particularmente à produção alimentar e ainda grupos com interesses nas fórmulas infantis.

Três revisões científicas recentes relativas à composição das fórmulas infantis realizadas por peritos da *Food and Drug Administration (FDA)* nos Estados Unidos, a Comissão Europeia e a Comissão do *Codex Alimentarius* permitiram a posição consensual de que a determinação do conteúdo proteico das fórmulas para lactentes se deve basear no total de conteúdo em N multiplicado pelo factor de conversão de 6,25^{4,5,6}.

Correspondência:

António Guerra

E-mail: ajmonica Guerra@mail.telepac.pt

Na reunião de Bona, a *International Dairy Federation*, apoiada por vários estados membros defendeu a utilização de um factor de conversão superior (6,38) apesar das fórmulas para lactentes actuais conterem proteína modificada de leite de vaca para a qual esse factor não é adequado. Os autores lembram mesmo que a aplicação do factor 6,25 poderá implicar perdas avultadíssimas à indústria dos produtos lácteos, deixando implícita a existência de interesses comerciais, que poderão sobrepor-se ao objectivo primordial da comissão que, como acima se referiu, se deve centrar na protecção da saúde dos consumidores.

Outro aspecto controverso da reunião de Bona que os autores referem reporta-se aos valores máximos recomendados para os nutrientes. As fórmulas para lactentes deverão conter quantidades que sirvam objectivos nutricionais ou que revelem outros benefícios, ou sejam necessários por motivos tecnológicos. Quantidades desnecessárias apenas implicam sobrecarga metabólica ou de outras funções fisiológicas. Os valores máximos deverão assim basear-se nos dados científicos disponíveis relativos às necessidades e à ausência de efeitos adversos.

No entanto, ao contrário destas recomendações científicas, delegados de alguns estados membros defenderam que os valores máximos devam ser estabelecidos unicamente para os nutrientes com efeitos adversos documentados.

Os autores concluem que a comunidade médica deve questionar as bases das decisões do *Codex Alimentarius* no tocante às linhas de orientação relativas à composição das fórmulas para lactentes e rejeitar pressões comerciais. A selecção das fórmulas deverá basear-se na evidência científica actual e nas necessidades nutricionais dos lactentes.

Numa altura em que tem vindo a acumular-se forte evidência científica relativa à programação metabólica condicionada por factores de stresse ligados a carência, mas também a excesso, condicionando risco acrescido de patologia a médio e longo prazo, julgamos da maior actualidade e pertinência o alerta feito por dois reputados pediatras com largo *curriculum* no domínio da nutrição infantil.

Referências

1. Koletzko B, Shamir R. Standards for infant formula milk. Commercial interests may be the strongest driver of what goes into formula milk. *BMJ* 2006;332:621-622.
2. The nutritional and safety assessment of breast milk substitutes and other dietary products for infants: A commentary by ESPGHAN Committee on Nutrition. *J Pediatr Gastroenterol Nutr* 2001;32:256-8.
3. Commission of the European Communities. Working document for a proposal for a recast commission directive on infant formulae and follow-on formulae. Sanco D4/HL/ mm/D440180. Brussels, 6 april 2004.
4. Koletzko B, Baker S, Cleghorn G, Neto UF, Gopalan S, Hernell O *et al*. Global standard for the composition of infant formula: recommendations of an ESPGHAN coordinated international expert group. *J Pediatr Gastroenterol Nutr* 2005;41:584-99.
5. Life Sciences Research Office, American Societies for Nutritional Sciences. Assessment of nutrient requirements for infant formulas. *J Nutr* 1988;128(suppl):2059-298S.
6. Scientific Committee on Food. Report of the Scientific Committee on Food on the revision of essential requirements of infant formulae and follow-on formulae. Brussels: European Commission, 2003. (SCF/CS/NUT/IF/65 Final. 2003).